

CAPÍTULO 1 – Conceitos	3
1.1. Meio ambiente.....	3
1.1.1. Aspectos do meio ambiente.....	4
1.2. Recursos naturais.....	5
1.3. Desenvolvimento sustentável.....	6
CAPÍTULO 2 – História da formação do movimento ambiental e da evolução da legislação ambiental brasileira	9
2.1. Evolução do movimento ambiental internacional.....	10
2.2. Evolução da legislação ambiental brasileira pertinente à proteção de recursos naturais e à criação de espaços ambientais.....	29
CAPÍTULO 3 – Princípios	51
3.1. Princípios de direito ambiental.....	51
3.1.1. Princípios da prevenção e da precaução.....	52
3.1.2. Princípios do poluidor-pagador e do usuário pagador.....	53
3.1.3. Princípio da cooperação.....	55
3.1.4. Princípio da informação.....	55
3.1.5. Princípio da participação.....	56
3.1.6. Princípio da equidade intergeracional.....	56
3.1.7. Princípio da proibição do retrocesso ambiental.....	57
3.2. Princípios que regem a tutela do Patrimônio Cultural.....	58
3.2.1. Princípio da cooperação.....	58
3.2.2. Princípio da solidariedade planetária em relação à preservação e à transmissão às gerações futuras de nosso patrimônio cultural comum.....	58
3.2.3. Princípios da participação e da informação.....	59
3.2.4. Princípio da preservação no próprio sítio e proteção do entorno.....	59

3.2.5. Princípio do uso compatível com a natureza do bem.....	60
3.2.6. Princípio pró-monumento	61
3.2.7. Princípio da valorização sustentável	62
CAPÍTULO 4 – Proteção constitucional ao ambiente natural e cultural.....	63
4.1. Direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais	63
4.2. Função ambiental pública e privada.....	66
4.3. Função social da propriedade.....	68
4.4. Repartição de competências em matéria ambiental.....	72
4.4.1. Competência legislativa ambiental.....	72
4.4.2. Competência material ambiental.....	74
CAPÍTULO 5 – Política Nacional do Meio Ambiente.....	79
5.1. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	80
5.1.1. Estabelecimento de padrões de qualidade.....	80
5.1.2. Zoneamento ambiental.....	81
5.1.3. Avaliação de impactos ambientais.....	83
5.1.4. Licenciamento ambiental.....	87
5.1.4.1. Compatibilização entre licenças ambientais e licenças urbanísticas.....	93
5.1.4.2. Compatibilização entre licenças ambientais e outorga de direitos de uso de recursos hídricos.....	94
5.1.4.3. Importância do pós-licenciamento.....	96
5.1.5. Criação de espaços territoriais especialmente protegidos.....	96
5.1.5.1. Unidades de conservação	98
5.1.5.2. Zonas de amortecimento.....	109
5.1.5.3. Corredores ecológicos e corredores de conservação da biodiversidade.....	111
5.1.5.4. Planos de manejo.....	114
5.1.5.5. Uso público em unidades de conservação – UC.....	116
5.1.5.5.1. Trilhas	117
5.1.5.5.2. Determinação da capacidade de carga e limite aceitável de câmbio.....	117
5.1.5.5.3. Manejo baseado na experiência e espectro de oportunidades de recreação.....	118
5.1.5.6. Procedimento administrativo para criação de unidades de conservação: estudos técnicos e consulta pública.....	119
5.1.5.7. Populações tradicionais residentes em UCs.....	122
5.1.6. Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente e garantia da prestação de informações.....	133
5.1.7. Relatórios ambientais e inscrição em cadastros	134
5.1.8. Atividades de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.....	135
5.1.9. Instrumentos econômicos.....	135
5.1.9.1. Compensação ambiental.....	136

CAPÍTULO 6 – Recursos hídricos e florestais	141
6.1. Recursos hídricos.....	142
6.1.1. Domínio hídrico.....	143
6.1.2. Gestão de recursos hídricos.....	144
6.1.2.1. Outorga.....	144
6.1.2.2. Cobrança.....	147
6.1.2.3. Enquadramento.....	148
6.1.2.4. Planos de recursos hídricos.....	149
6.1.2.5. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.....	150
6.1.3. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	150
6.2. Recursos florestais.....	154
6.2.1. Áreas de preservação permanente.....	155
6.2.2. Áreas de reserva legal.....	159
6.3. Projeto de Alteração do Código Florestal e edição da Lei nº 12.651/2012.....	163
6.3.1. Projeto de Lei (PL) nº 1876/1999, Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30/2011 e redação final do PL nº 1876-E/1999 (transformada na Lei nº 12.651/2012).....	164
6.4. Lei da Mata Atlântica.....	190
6.4.1. Definições e conceitos.....	191
6.4.2. Objetivos e princípios.....	195
6.4.3. Regulamento geral.....	195
6.4.4. Estágios de regeneração.....	196
6.4.5. Outros usos.....	198
6.4.6. Instrumentos econômicos e fomento.....	200
CAPÍTULO 7 – Clima	201
7.1. Efeito Estufa.....	201
7.2. O Problema das Queimadas.....	204
7.3. As Queimadas na Legislação Brasileira.....	206
7.4. A Queima da Palha da Cana-de-Açúcar.....	207
7.5. Usinas Termelétricas.....	211
7.6. Incineradores Industriais.....	214
CAPÍTULO 8 – Poluição	217
8.1. Poluição por resíduos sólidos.....	218
8.2. Resíduos domésticos.....	220
8.2.1. Lixões e aterros.....	220
8.2.1.1. Lixão de Piracema, MG.....	222
8.2.1.2. Aterro de Gramacho, RJ.....	222
8.2.1.3. Aterro industrial Mantovani, SP.....	223
8.3. Poluição por resíduos tóxicos e perigosos.....	223
8.3.1. O incidente do navio Khian-Sea.....	224
8.3.2. O tráfico ilegal de produtos químicos para os países africanos – o caso do navio Probo Koala.....	224
8.3.3. A Convenção de Basileia.....	225

8.3.4. Resíduos industriais.....	228
8.3.4.1. Minamata, Japão.....	229
8.3.4.2. Cataguazes, MG.....	229
8.3.4.3. Resíduos industriais da Carbocloro Indústrias Químicas S.A., de Cubatão, SP.....	230
8.4. Poluentes orgânicos persistentes.....	230
8.4.1. Aldrin e dieldrin.....	232
8.4.2. Endrin.....	232
8.4.2.1. O caso da Shell Chemicals of Brazil, SP.....	232
8.4.3. Dioxinas e furanos.....	233
8.4.4. Hexaclorobenzeno (HCB) e o caso da Rhodia, SP.....	235
8.4.5. Dicloro difenil tricloroetano (DDT).....	236
8.5. Rejeitos radioativos.....	238
8.5.1. O acidente de Chernobyl.....	238
8.5.2. Three Miles Island.....	240
8.5.3. O acidente com o Césio 137 em Goiânia, GO.....	240
8.5.4. Desativação das centrais nucleares – o lixo atômico.....	241
8.6. Poluição das águas.....	242
8.6.1. Resíduos provenientes de navios.....	242
8.6.2. Os desastres ambientais, produzidos por derramamento de petróleo e seus derivados e a evolução do sistema de proteção internacional.....	243
8.6.2.1. Torrey Canyon.....	244
8.6.2.2. Amoco-Cadiz.....	244
8.6.2.3. A maré negra do Alasca – Exxon-Valdez.....	245
8.6.2.4. MS Oliva.....	246
8.6.2.5. A colisão do navio NT–Norma no Porto de Paranaguá, PR.....	246
8.6.2.6. Outras causas da contaminação hídrica.....	248
8.6.2.7. Contaminação hídrica por água de lastro.....	248
8.6.2.8. Plataformas marítimas – a explosão da plataforma de perfuração Deepwater Horizon.....	250
8.6.2.9. A explosão da plataforma P-36 da Petrobrás, na Bacia de Campos, RJ.....	251
8.6.2.10. Derramamento de petróleo, de responsabilidade da empresa Chevron, na Bacia de Campos, RJ.....	252
8.7. A Lei nº 12.305, de 12/08/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	253
8.7.1. O sistema de logística reversa.....	254
8.7.2. Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos.....	256
CAPÍTULO 9 – Meio ambiente cultural.....	261
9.1. Proteção do patrimônio cultural – evolução.....	261
9.2. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural.....	264
9.2.1. Tombamento.....	265
9.2.1.1. Tombamento de bairros.....	268
9.2.1.2. O que é um bairro?.....	271
9.2.1.3. Tombamento de bairros no Brasil.....	273

9.2.1.4. A Vila do IAPI em Porto Alegre	274
9.2.2. Registro	275
9.2.3. Inventário	277
9.2.4. Desapropriação por utilidade pública	278
9.2.5. Preempção	278
9.2.6. Transferência do direito de construir	279
9.2.7. Áreas de preservação cultural	279
9.2.8. Vigilância	280
9.2.9. Áreas especiais e locais de interesse turístico	280
9.2.10. Instrumentos fiscais	280
9.2.11. Patrocínio por empresas	281
9.2.12. Participação da comunidade	281
9.3. Proteção internacional	281
9.3.1. Convenção para a proteção do patrimônio mundial cultural	282
9.4. Entorno de bens culturais	284
9.5. Bens móveis: subtração, tráfico e destruição	285
CAPÍTULO 10 – Acesso ao patrimônio genético brasileiro e aos conhecimentos tradicionais associados	291
10.1. Definições contidas na MP nº 2.186/2001	292
10.2. Proteção aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético	296
10.3. Acesso e remessa de componentes do patrimônio genético	300
CAPÍTULO 11 – Responsabilidade por danos causados ao ambiente natural e cultural	305
11.1. Responsabilidade administrativa	305
11.2. Responsabilidade civil	307
11.3. Responsabilidade penal	311
11.3.1. Crimes contra o ambiente natural e cultural	311
11.3.2. Responsabilidade penal das pessoas naturais e jurídicas	316
11.3.3. Transação penal	318
11.3.4. As penas sob a ótica do direito ambiental	320
Referências	323
Esquemas gráficos	339